



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II

EDITAL Nº 08/2019, DE 26 DE ABRIL DE 2019.

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE COORDENADOR DOS CURSOS TÉCNICOS, DAS ÁREAS DA NATUREZA, HUMANAS E LETRAS, DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO IFPI – CAMPUS – PEDRO II.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – CAMPUS PEDRO II, considerando o que dispõem a Portaria IFPI nº 1.398, de 15 de maio de 2015, e o § 1º do Art. 7º da Lei 12.677, de 25 de junho de 2012, CONVOCA a comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes) do IFPI *Campus* Pedro II para participarem do processo de consulta visando à nomeação de servidores para os cargos de Coordenação dos cursos Técnicos Integrado ao Médio e Concomitante/Subsequente em Administração, Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Informática, Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Meio Ambiente, Coordenação do curso Técnico Subsequente em Eventos, Coordenação do curso Bacharelado em Administração, Coordenação do curso Licenciatura em Ciências Biológicas, Coordenação das Áreas, Natureza, Humanas e Letras (Base Comum), Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão do *Campus* Pedro II, conforme CRONOGRAMA abaixo:

Lançamento do Edital para Coordenadores de Cursos e de Áreas	29/04/2019
Registro de candidaturas	13/05/2019 a 17/05/2019
Homologação do registro de candidaturas	20/05/2019
Período de inscrição de fiscal	21/05/2019
Período da campanha	22/05/2019 a 27/05/2019
Divulgação da lista de eleitores aptos a votar	28/05/2019
CONSULTA	29/05/2019
Interposição de recursos	30/05/2019
Resultado da interposição de recursos	31/05/2019
Homologação dos resultados	03/06/2019

Raimundo Nonato Alves da Silva
Diretor Geral do IFPI- *Campus* Pedro II
Portaria nº 1.074, de 30 de maio de 2017.
[Assinatura no original]



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II**

EDITAL IFPI/CAPEDII Nº008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES

A Comissão Eleitoral Local, designada pela Portaria CAPEDII/IFPI Nº **1.287**, de 09 de abril de 2019, tornam públicas as normas que regem e orientam o processo de Eleição para Coordenadores de Cursos e de Áreas do IFPI - *Campus* Pedro II, abaixo especificados:

DAS VAGAS

Art. 1º. Este edital prevê a eleição de coordenadores de cursos e de áreas do IFPI – *Campus* Pedro II, conforme especificações no quadro abaixo:

CARGOS	Nº DE VAGAS
Coordenação das Áreas, Natureza, Humanas e Letras (Base Comum)	01
Coordenação de cursos Técnicos Integrado ao Médio e Concomitante/Subsequente em Administração	01
Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Informática	01
Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Meio Ambiente	01
Coordenação do curso Técnico Subsequente em Eventos	01
Coordenação do curso Bacharelado em Administração	01
Coordenação do curso Licenciatura em Ciências Biológicas	01
Coordenação de Extensão	01
Coordenação de Pesquisa	01
TOTAL	09

DAS INSCRIÇÕES

Art. 2º. Poderá se candidatar ao cargo de Coordenador de Curso no *Campus* Pedro II, nos termos do § 1º do Art. 7º da Lei 12.677, de 25 de junho de 2012, combinado com a Portaria IFPI nº 1.398, de 15 de maio de 2015, o docente que:

I - possuir, no mínimo, curso de graduação, para coordenação de cursos técnicos de nível médio e coordenação das áreas de natureza, humanas e letras (base comum).

II - possuir, no mínimo, título de especialização, para coordenação de cursos de graduação.

III - possuir formação acadêmica na área do curso e com atuação no mesmo, ressalvada a hipótese de não existir candidatos do eixo que atendam a essa condição, outro docente de área distinta poderá se candidatar.

IV - a candidatura do docente de área distinta só será homologada caso não tenha nenhum candidato inscrito com formação acadêmica na área do curso.

V - no caso das Coordenações de Pesquisa e Extensão poderão se candidatar além dos docentes, os técnico-administrativos efetivos com titulação mínima de especialista.

Art. 3º. Os candidatos têm o direito de se inscrever, pessoalmente ou por procurador legalmente investido, através de comprovação de seu tempo de efetivo exercício expedido pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP e dos demais requisitos dispostos no Art. 2º deste Edital.

Art. 4º. Os candidatos poderão se inscrever somente com seu nome e/ou um apelido.

Art. 5º. Os candidatos deverão apresentar certidão expedida pela DIGEP, na qual conste que não tenham sido condenados por nenhuma infração disciplinar, conforme previsto no art. 142 da Lei 8.112, de 08/12/1990, que trata do Regime Jurídico Único (RJU), ou não tenham tido condenação penal.

Art. 6º. Os candidatos, ao se inscreverem, deverão comprovar e apresentar os diplomas e/ou certificados, apresentando documentos originais ou cópias autenticadas, bem como demais documentos expedidos pela DIGEP que atendam às exigências dos artigos 2º, 3º e 5º deste Edital.

Art. 7º. Os candidatos, ao se inscreverem, deverão apresentar seu Plano de Ação contendo: slogan, propostas e outras informações que julgar necessárias.

Art. 8º. A inscrição dos candidatos processar-se-á por meio de Requerimento padrão, conforme **Anexo II - Ficha de inscrição de candidato (a)**, que deverá ser preenchido em 2 (duas) vias e registrado no Serviço de Protocolo deste *Campus*, devendo uma das vias ser devolvida ao candidato, no horário de 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, no prazo definido no **Anexo I - Calendário Eleitoral**.

Parágrafo único. O requerimento padrão a que se refere o *caput* estará disponível no Serviço de Protocolo do *Campus*, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas no prazo definido no **Anexo I - Calendário Eleitoral**.

Art. 9º. A Comissão Eleitoral Local deferirá ou não as inscrições dos candidatos, obedecendo às disposições deste Edital, conforme a documentação exigida para efetivação da inscrição.

Parágrafo único. A homologação do registro de candidaturas será publicada pela Comissão Eleitoral Local no prazo definido no **Anexo I - Calendário Eleitoral**.

DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 10. A partir da data constante no **Anexo I - Calendário Eleitoral** dar-se-á início à propaganda eleitoral no âmbito do *campus*.

Art. 11. Os candidatos terão liberdade de promover suas campanhas, desde que não prejudiquem as atividades normais do *campus*, não danifiquem o seu patrimônio, nem promovam ações que conduzam à desarticulação do processo de consulta.

Art. 12. Nenhum dos candidatos poderá usar, direta ou indiretamente, a estrutura administrativa e/ou acadêmica, ou outros bens materiais ou imateriais do *campus* para desenvolver suas ações.

Art. 13. Não será permitido a nenhum candidato dispor de recursos próprios ou de terceiros que visem ao aliciamento de eleitores.

Art. 14. Os candidatos têm o dever de efetuar a limpeza dos locais por eles utilizados ou por seus prepostos no caso de fixação de propaganda, 24h antes da eleição.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral Local estipula que podem ser utilizados como manifestação de campanha impressa apenas os ambientes de divulgação coletiva de informações (murais).

Art. 15. Considerar-se-á dano ao patrimônio do *campus*, qualquer ação dos candidatos ou de seus prepostos, que prejudiquem as suas instalações físicas e/ou seus bens materiais.

Art. 16. Durante todo o período da campanha é vetada a distribuição de camisetas e bonés, sendo permitida a utilização de faixas e cartazes colocados em lugares previamente disponibilizados pela Comissão Eleitoral Local.

Art. 17. A atividade de "boca de urna" será proibida, sujeitando-se o transgressor às penalidades civis, administrativas e penais legalmente previstas.

Art. 18. Os candidatos, para expor seus programas e propostas, poderão visitar salas de aulas, laboratórios e outros ambientes do *campus*, consoante prazo de campanha previsto no calendário eleitoral.

§ 1º. As visitas deverão ser previamente agendadas com as chefias responsáveis pelos respectivos ambientes organizacionais.

§ 2º. O tempo de visitação deverá ser de, no máximo, 10 (dez) minutos em cada ambiente.

Art. 19. Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos e por eles paga, bem como por seus apoiadores.

Art. 20. A propaganda, qualquer que seja sua forma ou modalidade, mencionar  sempre o nome do candidato e s  poderá ser feita em língua nacional.

Art. 21. Não será permitida propaganda, inclusive em meios eletr nicos, que:

- I - provoque animosidade entre os candidatos ou categorias da comunidade escolar;
- II - promova o incitamento de atentado contra pessoas ou bens;
- III - instigue a desobediência coletiva ao cumprimento da lei e da ordem institucional;
- IV - implique oferecimento, promessa ou solicita o de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- V - interfira nos quadros de comunica o e identifica o internas do *campus*;
- VI - utilize material adesivo que possa vir a depredar o patrim nio público;
- VII - perturbe o sossego da comunidade escolar;

VIII - envolva terceiros ou instituições não vinculadas ao IFPI – *Campus* Pedro II;

IX – prejudique a higiene e a estética institucional; e

X – tenha o objetivo de caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública.

Parágrafo único. Será assegurado o direito de resposta a quem for caluniado, difamado ou injuriado.

Art. 22. Ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral, nem inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, desde que esta esteja dentro do prazo legal estipulado por este Edital.

DAS NORMAS DOS DEBATES

Art. 23. Poderão ser realizados debates com os candidatos, no âmbito do *campus*, promovidos pelos órgãos representativos dos servidores e discentes, mediante prévia aprovação da Comissão Eleitoral Local.

§ 1º. Deverão ser observadas as seguintes normas durante os debates:

I - o debate será realizado em dia acordado com todos os candidatos que tenham interesse em participar;

II - os candidatos responderão a perguntas feitas entre si e pela plateia;

III - haverá 3 (três) blocos de discussões; a cada bloco, será feito um sorteio para definir a ordem das respostas pelos candidatos;

IV - serão disponibilizadas urnas, por segmento, para sorteio das perguntas feitas pela plateia;

V - a plateia colocará sua pergunta na urna do candidato que ela deseja que responda;

VI - o debate se dividirá em 3 (três) blocos:

1º bloco: Perguntas entre os candidatos - cada candidato poderá escolher até 2 (dois) outros debatedores para fazer perguntas da seguinte forma: 2 (dois) minutos para a pergunta com tema livre, com 3 (três) minutos para a resposta; 2 (dois) minutos para a réplica e 1 (um) minuto para a tréplica, sendo que a ordem em que os candidatos farão as perguntas será definida por meio de sorteio.

2º bloco: Perguntas da plateia - será sorteada 1 (uma) pergunta por candidato/por segmento, totalizando 3 (três) para cada um, tendo cada pergunta o tempo de 3 (três) minutos para ser respondida; a ordem das respostas dos candidatos será definida por meio de sorteio.

3º bloco: Considerações finais - definida por sorteio a ordem, cada candidato terá 5 (cinco) minutos para fazer suas considerações finais.

VII - os debates que porventura ocorrerem deverão ser realizados dentro do período previsto para a campanha eleitoral conforme consta no **Anexo I - Calendário Eleitoral**.

§ 2º. Os candidatos poderão levar um assistente para secretariar os seus trabalhos durante os debates.

§ 3º Os debates deverão ser conduzidos por um mediador, preferencialmente, externo.

DOS ELEITORES

Art. 24. São votantes para os cargos de Coordenação dos cursos Técnicos Integrado ao Médio e Concomitante/Subsequente em Administração, Técnico Integrado ao Médio em Informática, Técnico Integrado ao Médio em Meio Ambiente, Técnico Subsequente em Eventos, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Ciências Biológicas e Coordenação das Áreas, Natureza, Humanas e Letras:

I - Todos os docentes efetivos que ministram aulas nos referidos cursos no semestre corrente e/ou ministrarão no semestre posterior.

II - Os discentes regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados ao médio, concomitantes, subsequentes e de graduação, apenas para a respectiva coordenação a que se encontra vinculado.

Art. 25. São votantes para os cargos de Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão:

I – Todos os docentes efetivos, discentes e técnico-administrativos em educação vinculados ao *campus*.

Art. 26. As listas dos servidores docentes, técnico-administrativos e discentes que comporão a relação de votantes será divulgada conforme disposto no **Anexo I – Calendário Eleitoral**.

DA VOTAÇÃO

Art. 27. O processo de eleição para coordenador de curso dar-se-á em turno único.

Art. 28. O voto será direto, facultativo e secreto, por candidato, não podendo ser efetuado por correspondência ou por procuração, sendo vetado o voto em trânsito.

§1º. Com o objetivo de preservar o voto secreto, serão convocados, também, o presidente e mais dois representantes da Comissão que funcionarão como mesários nas seções de votação, devendo rubricar as cédulas de votação.

§ 2º. Por ocasião da apuração, a urna de cada segmento será aberta e os votos nela constantes serão contabilizados pelos mesários.

Art. 29. Será apontado um único candidato para os cargos de coordenadores de cada curso técnico, coordenador das áreas de natureza, humanas e letras, coordenação dos cursos superiores, coordenador de pesquisa e coordenador de extensão do IFPI - *Campus* Pedro II.

Art. 30. A votação dar-se-á em cabine individual, com uso de urnas tradicionais, com cédulas de papel, identificando-se os segmentos votantes.

§1º. Cada segmento será identificado nas seguintes cores: verde (docente), amarelo (técnico-administrativo) e branco (discente).

§2º. A cédula de votação será confeccionada pela Comissão Eleitoral Local e nela constarão os nomes dos candidatos registrados.

Art. 31. A instalação das urnas eleitorais dar-se-á da seguinte forma:

I - urna(s) para recepcionar os votos dos docentes;

II - urna(s) para recepcionar os votos dos técnico-administrativos; e

III - urna(s) para recepcionar os votos dos discentes.

Art. 32. A votação realizar-se-á das 08:00 horas às 20:00 horas, de forma ininterrupta, na data indicada no **Anexo I - Calendário Eleitoral**.

Art. 33. A votação dar-se-á em cabine individual e será feita de acordo com os seguintes procedimentos:

I - o curso da votação obedecerá à ordem de chegada dos votantes, respeitadas as exceções previstas em lei;

II - ao eleitor somente será permitido votar após sua devida identificação e por segmento;

III - após a identificação, o eleitor assinará a folha de votação, receberá a cédula eleitoral devidamente assinada pelo Presidente da Mesa e pelos mesários e dirigirá-se à cabine individual;

IV - após a votação, a mesa receptora/apuradora devolverá o documento de identificação do votante.

Art. 34. Os votantes serão identificados obedecendo aos critérios abaixo:

I - o **servidor votante** apresentará um documento comprovante de sua identificação, dentre os abaixo enumerados:

- a) Carteira de Identidade; ou
- b) Carteira de Identidade funcional; ou
- c) Carteira de motorista; ou
- d) Crachá funcional.

II - o **discente votante** apresentará um documento comprovante de sua identificação, dentre os abaixo enumerados:

- a) Carteira de identidade; ou
- b) Carteira de motorista; ou
- c) Carteira de estudante.

Art. 35. Serão considerados nulos os votos cujas cédulas:

I - contiverem mais de um nome de candidato assinalado;

II - não corresponderem ao modelo oficial;

III - não estiverem devidamente rubricadas pelos membros da mesa;

IV - contiverem expressões, frases ou quaisquer sinais que expressem seu voto

V – estiverem assinaladas de forma incorreta ou fora do local próprio, tornando, com isso, duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

Art. 36. O discente que estiver regularmente matriculado em mais de um curso no IFPI - *Campus* Pedro II votará apenas uma vez, mediante comprovação na relação de alunos constante na mesa receptora de votos, utilizando a matrícula mais antiga.

Art. 37. Somente o Presidente da Comissão Eleitoral Local poderá intervir no funcionamento das mesas receptoras/apuradoras.

Art. 38. A ausência de fiscais não impedirá a mesa receptora/apuradora de iniciar ou dar continuidade aos trabalhos.

Art. 39. A Comissão Eleitoral Local providenciará a divulgação de material orientador relativo ao processo de votação.

Art. 40. Serão constituídas pela Comissão Eleitoral Local mesas receptoras/apuradoras, no dia da consulta, formadas por membros representando os segmentos.

Art. 41. Cada mesa receptora/apuradora será formada por 03 (três) membros, sendo um Presidente e dois mesários.

§1º. A mesa receptora/apuradora funcionará com, no mínimo, 02 (dois) de seus membros.

§2º. O Presidente da mesa receptora/apuradora, nos casos de ausência ou impedimentos de um dos membros, poderá nomear um substituto, chamando o primeiro votante da fila.

§3º. No caso de ausência ou impedimento, o Presidente da mesa receptora/apuradora será substituído por um dos mesários.

Art. 42. Compete ao Presidente da mesa receptora/apuradora:

I - identificar o eleitor;

II - identificar os fiscais credenciados;

III - manter a ordem no recinto da votação;

IV - dirimir, dentro do possível, as dúvidas que surgirem;

V - comunicar a Comissão Eleitoral Local, conforme o caso, das ocorrências;

VI - encerrar a votação, emitir o Boletim de Urna e designar Secretário para lavrar a Ata;

VII - efetuar a apuração dos votos.

Art. 43. Compete aos mesários:

I - auxiliar o Presidente;

II - substituí-lo nas ausências e/ou impedimentos ou por negação;

III - indicar o nome do eleitor na relação de votação;

IV – organizar a fila dos eleitores.

Art. 44. As mesas receptoras/apuradoras serão instaladas até as 07:00 horas do dia do pleito.

Art. 45. Só permanecerão no recinto da votação os membros da mesa receptora/apuradora e o votante; este último durante o seu tempo de votação.

§ 1º. Poderão também permanecer no recinto de votação 01 (um) fiscal de cada candidato, mantida uma distância razoável da cabine eleitoral e do votante durante o seu tempo de votação.

Art. 46. Cada candidato poderá credenciar 01 (um) fiscal por seção de votação, no período estipulado no **Anexo I** deste edital.

Art. 47. A inscrição do fiscal será realizada através do **Anexo III – Requerimento Padrão Inscrição de Fiscal**.

Art. 48. As mesas receptoras/apuradoras receberão da Comissão Eleitoral Local instruções específicas sobre os procedimentos de votação.

Art. 49. Compete à Comissão Eleitoral Local providenciar os seguintes materiais para cada mesa receptora/apuradora:

I - lista de votantes fornecida pelas unidades organizacionais competentes;

II - 03 (três) urnas, em caso de uso de cédulas de votação;

III - 03 (três) cabines de votação;

IV - 01 (um) modelo de ata;

V - 01 (um) boletim de urna;

VI - cédulas de votação;

VII - crachás; e

VII - material de expediente necessário à execução do trabalho.

Art. 50. Terminada a votação, o Presidente da mesa receptora/apuradora tomará as seguintes providências:

I - seguindo as instruções específicas, procederá ao encerramento da votação;

II - emitirá o Boletim de Urna, que será rubricado pelos membros da mesa receptora/apuradora;

III - mandará lavrar a ata de votação por um dos mesários;

IV - entregará as urnas e os demais documentos à Comissão Eleitoral Local.

Art. 51. Para fins de totalização de votos, a Comissão Eleitoral Local enviará, diretamente à Reitoria a documentação necessária, incluindo os Boletins de Urnas e Atas de votação.

Parágrafo único. A documentação original deverá ser entregue à Reitoria no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do término da votação.

DA APURAÇÃO E DA TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS

Art. 52. O Presidente da Mesa receptora/apuradora presidirá os trabalhos de apuração dos votos, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - a apuração será iniciada pelo segmento dos docentes, em seguida, dos técnico-administrativos e, posteriormente, o segmento dos discentes;

II - a apuração dos votos será realizada publicamente, em local previamente informado pela Comissão Eleitoral Local.

Parágrafo único. No momento da apuração e da totalização de votos, será permitida a presença dos candidatos e dos fiscais, em espaço previamente definido pela Comissão Eleitoral Local.

Art. 53. O Presidente da Comissão Eleitoral Local presidirá os trabalhos de totalização dos votos, após a conclusão dos trabalhos das mesas receptoras.

Art. 54. Para definição do candidato escolhido, deverão ser apurados os pesos dos votos válidos de cada segmento de forma a atribuir o peso de $\frac{1}{2}$ (um meio) para a manifestação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) e de $\frac{1}{2}$ (um meio) para a manifestação do corpo discente, conforme o artigo 4º da Portaria IFPI 1.398, de 15 de maio de 2015.

§1º. São considerados votos válidos o total de votos, descontados os em branco e os nulos.

§ 2º. O cálculo dos percentuais de votos em branco e nulos será feito da mesma forma que o dos percentuais dos candidatos.

Art. 55. Será considerado escolhido o candidato que obtiver o maior percentual da média ponderada do total dos votos válidos de acordo com a fórmula descrito no § 3º deste artigo.

§ 1º. O percentual de votação final de cada candidato será obtido pela média ponderada dos percentuais alcançados.

§ 2º. Para cálculo do percentual obtido pelo candidato em cada segmento, será considerada a razão entre a votação obtida pelo candidato e o quantitativo total de eleitores do segmento aptos a votar.

§ 3º. No processo de apuração para os cargos de coordenadores dos cursos técnicos médio e conc/sub, da base comum e superiores do *campus* Pedro II do IFPI será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{TVCn (\%)} = 100 \times [(1/2) \times (\text{SERV.Cn}/\text{SERV.total}) + (1/2) \times (\text{DISCn}/\text{DIStotal})], \text{ sendo:}$$

TVCn (%) = total de votos obtidos pelo candidato “n” em percentual, que será calculado com aproximação de duas casas decimais, seguindo as regras gerais de arredondamento;

No qual: n = 1 = candidato “1”; n = 2 = candidato “2”; n = 3 = candidato “3” e assim até n = n = candidato “n”;

SERV.Cn = quantidade de votos para o candidato “n” no segmento servidor (docentes);

SERV.total = total de eleitores do segmento servidor (docentes) aptos a votar;

DISCn = quantidade de votos para o candidato “n” no segmento discente;

DIStotal = total de eleitores do segmento discente aptos a votar.

I – Para as coordenações de pesquisa e extensão, nas quais constam o segmento servidor serão incluídos também os técnico-administrativos.

Art. 56. O desempate, se necessário, respeitará os seguintes critérios:

I - maior tempo de serviço no *campus* do IFPI em que ocorrem as eleições;

II - maior tempo de serviço no IFPI;

III - maior tempo no serviço público federal;

IV - maioria.

Art. 57. O resultado do processo de consulta será anunciado no local de apuração para conhecimento dos candidatos e da comunidade escolar e será afixado nos locais preestabelecidos, assim como divulgado no sítio www.ifpi.edu.br.

§1º. O resultado do processo de consulta poderá ser prorrogado em caso de impossibilidade de envio dos dados pela Comissão Eleitoral Local, devido à possibilidade de falta de energia e/ou conexão com a internet.

§2º. Caberá recurso ou impugnação sobre o resultado de escolha, conforme **Anexo IV – Impugnação de Resultado da Eleição**, em primeira instância direcionado à Comissão Eleitoral Local.

§3º. A **Reitoria**, para efeito de julgamento do resultado do processo de consulta para a indicação de um servidor para o cargo de coordenador de curso do IFPI - *Campus* Pedro II, funcionará como órgão de segunda e última instância administrativa.

§4º. Após o julgamento do recurso, será homologado o resultado final do processo de consulta e, em seguida, enviado à Reitoria do IFPI.

DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recursos ou impugnações:

I - todos os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente lotados e em efetivo exercício nos *campi* do IFPI;

II - todos os alunos regularmente matriculados nos cursos técnicos integrados, concomitante, subsequentes e de graduação regularmente matriculados no IFPI - *Campus* Pedro II.

Art. 59. O recurso ou a impugnação serão interpostos à Comissão Eleitoral Local, para serem registrados no Serviço de Protocolo do IFPI - *Campus* Pedro II, no horário de 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, e deverá conter:

I - o nome e a qualificação do recorrente/impugnador;

II - fundamentos de fato e de direito;

III - pedido de reexame da decisão, em caso de recurso, ou pedido de deferimento ou indeferimento, em caso de impugnação.

Art. 60. O recurso ou a impugnação não serão aceitos:

I - fora do prazo;

II - não requerido ao órgão competente;

III - por quem não seja legitimado; e

IV - após exaurida a competência da Comissão Eleitoral Local ou da Reitoria.

Art. 61. Após a interposição do recurso ou impugnação, a Comissão Eleitoral Local poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida, assim como deferir ou indeferir a impugnação interposta.

Parágrafo único. Da decisão tomará conhecimento o interessado, devendo ser dada a mesma ampla divulgação.

DO PERÍODO DE DESIGNAÇÃO

Art. 62. A designação para a função de Coordenação de Curso, Coordenador de Pesquisa e Coordenador de Extensão será de 2 (dois) anos, podendo haver uma recondução por igual período.

Art. 63. A designação para a Função de Coordenação de Curso, Coordenador de Pesquisa e Coordenado de Extensão será extinta nas seguintes hipóteses:

I - exoneração ou demissão, de acordo com a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - posse em outro cargo não acumulável;

III - falecimento;

IV - renúncia;

V - aposentadoria; e

VI - término de mandato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 64. Qualquer denúncia sobre o descumprimento das orientações contidas neste Edital devidamente comprovada deverá ser enviada à Comissão Eleitoral Local, através do setor de protocolo do IFPI - *Campus* Pedro II, para a apuração e devidas providências.

Parágrafo único. Uma vez apurado e comprovado o descumprimento deste Edital, será passível de impugnação ou cancelamento a candidatura pela Comissão Eleitoral Local.

Art. 65. Concluído o processo de escolha de que trata este Regulamento, a Comissão Eleitoral Local automaticamente se extinguirá.

Art. 66. Os **Anexos de I a V** integram o presente Edital.

Art. 67. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Local.

Art. 68. Este Regulamento entrará em vigor a partir desta data.

Pedro II/PI, 26 de abril de 2019.

Angélica Pereira Soares
Presidente da Comissão Eleitoral
Portaria IFPI N° 1.287, de 09 de abril de 2019.
[Assinatura no original]

Raimundo Nonato Alves da Silva
Diretor Geral do IFPI- *Campus* Pedro II
Portaria n° 1.074, de 30 de maio de 2017.
[Assinatura no original]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II

EDITAL IFPI/CAPEDII N° 008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES
CAMPUS - PEDRO II

ANEXO I - CALENDÁRIO ELEITORAL

Lançamento do Edital para Coordenadores de Cursos e de Áreas	29/04/2019
Registro de candidaturas	13/05/2019 a 17/05/2019
Homologação do registro de candidaturas	20/05/2019
Período de inscrição de fiscal	21/05/2019
Período da campanha	22/05/2019 a 27/05/2019
Divulgação da lista de eleitores aptos a votar	28/05/2019
CONSULTA	29/05/2019
Interposição de recursos	30/05/2019
Resultado da interposição de recursos	31/05/2019
Homologação dos resultados	03/06/2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II

EDITAL IFPI/CAPEDII Nº 008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES
CAMPUS PEDRO II

ANEXO II - REQUERIMENTO PADRÃO - FICHA DE INSCRIÇÃO DE
CANDIDATO (A)

1. Identificação do candidato:

Nome do candidato: _____

Matrícula SIAPE: _____

Formação acadêmica: _____

Titulação: _____ Área: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Data de lotação no *campus*: ____/____/____

Data de lotação na rede federal de educação profissional e tecnológica: ____/____/____

Endereço: _____

CEP: _____ Telefone: _____

Endereço eletrônico: _____

Nome do candidato na cédula (máximo de 15 caracteres): _____

2. Escolha a coordenação para a qual se candidata:

Informe a coordenação a qual se candidata	Coordenação	Quantidade de vagas
()	Coordenação das Áreas, Natureza, Humanas e Letras (Base Comum)	1
()	Coordenação de cursos Técnicos Integrado ao Médio e Concomitante/Subsequente em Administração	1
()	Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Informática	1
()	Coordenação do curso Técnico Integrado ao Médio em Meio Ambiente	1
()	Coordenação do curso Técnico Subsequente em Eventos	1
()	Coordenação do curso Bacharelado em Administração	1
()	Coordenação do curso Licenciatura em Ciências Biológicas	1
()	Coordenação de Pesquisa	1
()	Coordenação de Extensão	1

Declaro estar ciente do Regulamento que rege o processo eleitoral para escolha de Coordenadores de Curso e Áreas do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Pedro II e os critérios estabelecidos no Edital nº 008/2019.

Em anexo, segue os seguintes documentos comprobatórios, de acordo com o Regulamento.

Assinalar os documentos entregues:

- Comprovação de tempo de efetivo exercício
- Diploma/Certificado de graduação
- Diploma/Certificado de pós-graduação (se for o caso)
- Certidão expedida pela DIGEP, na qual conste que não tenham sido condenado por nenhuma infração disciplinar ou não tenham tido condenação penal
- Plano de Ação

_____, PI _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO CANDIDATO

Recebimento em: ____/____/____

Setor de Protocolo

Preencher em duas vias.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II

EDITAL IFPI/CAPEDII Nº 008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES
CAMPUS PEDRO II

ANEXO III - REQUERIMENTO PADRÃO DE INSCRIÇÃO DE FISCAL

Campus: _____

Nome Completo: _____

Código/Matrícula: _____

Endereço Residencial: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone: _____ E-mail _____

O servidor/discente acima identificado, vem, tempestivamente, solicitar a essa Comissão Eleitoral Local a sua inscrição como FISCAL do candidato _____

_____ a Coordenador de
_____ nos termos deste Regulamento,
para a qual dou plena concordância.

_____ -PI, _____ de _____ de _____

Assinatura do Fiscal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS PEDRO II

EDITAL IFPI/CAPIR Nº 008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES
CAMPUS PEDRO II

**ANEXO IV - REQUERIMENTO PADRÃO - IMPUGNAÇÃO DE RESULTADO
DA ELEIÇÃO**

Nome: _____

Matrícula SIAPE/RG: _____

Unidade de lotação: _____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Motivo(s):

Fundamentação:

Declaro estar ciente e de acordo com o Edital e o Regulamento do Processo Democrático de Consulta para escolha dos servidores que serão nomeados para os cargos de coordenadores do IFPI - *Campus* Pedro II.

_____ -PI, _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO SOLICITANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS - PEDRO II

EDITAL IFPI/CAPEDII Nº 008/2019

ELEIÇÃO PARA COORDENADORES *CAMPUS* PEDRO II

ANEXO V - MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE MESÁRIO

Campus: _____

Nome: _____

Código/Matrícula: _____

Endereço Residencial: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Estado: _____ Fone: _____

O servidor acima identificado vem, tempestivamente, solicitar a esta Comissão Eleitoral Local a sua inscrição como MESÁRIO do processo de consulta para escolha do servidor que ocupará o cargo de coordenador de curso, nos termos deste Regulamento, para a qual dou plena concordância.

_____-PI, _____ de _____ de _____

ASSINATURA DO MESÁRIO